

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC WASHINGTON LUIZ VIEIRA DE BARROS

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DA AMAZÔNIA LEGAL:  
o caminho natural para a consolidação da soberania e dos interesses brasileiros

Rio de Janeiro

2015

CC WASHINGTON LUIZ VIEIRA DE BARROS

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DA AMAZÔNIA LEGAL:  
o caminho natural para a consolidação da soberania e dos interesses brasileiros

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Nelson Ricardo Calmon Bahia

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2015

## RESUMO

Este trabalho tem o propósito de organizar e apresentar os conflitos de interesses que cercam a Amazônia, pressões de atores externos sobre o governo brasileiro, sob o pretexto da preservação ambiental e cultural, passando por outras questões e culminando na tese de internacionalização da região. Tais ameaças terminam por entrar perigosamente no terreno sensível da soberania, a qual precisa ser exaustivamente preservada, a fim de garantir a estabilidade necessária ao curso das ações públicas e privadas, com vistas ao atingimento dos objetivos nacionais. Para isso, torna-se fundamental conhecer bem as vertentes pelas quais deságuam os problemas na Amazônia Legal, por meio de estudo aplicado, capaz de se dedicar à investigação e à produção de conhecimento da realidade regional e que nos torne, de fato, os protagonistas no processo de discussão sobre o futuro da Amazônia e seus projetos de desenvolvimento. Habilidade político-diplomática para dominar as pressões, impostas pela comunidade internacional, é o norte da estratégia de atuação do governo brasileiro, fundamental à materialização dos interesses brasileiros, por conseguinte, alcançando a preservação e o fortalecimento da soberania. Segundo Vergara (2007), no que tange à metodologia, a pesquisa pode ser considerada como exploratório-descritiva, baseada em bibliografia sobre o assunto em análise. Conclui-se que a adoção de uma política com foco no desenvolvimento harmonioso com as questões ambientais e indígenas é o caminho mais suave para a conquista do importante apoio da opinião pública em geral.

**Palavras-chave:** soberania, segurança, desenvolvimento, fronteiras, reservas indígenas, florestas, organizações não-governamentais, opinião pública, ar, água doce, tráfico de drogas.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Bianka e aos meus filhos Felipe e Fernanda, pela paciência, compreensão e carinho. Meus presentes de Deus.

Ao meu orientador, Comandante Calmon Bahia, pelo apoio e fidalguia para com este Oficial-Aluno, seu comandado em singraduras passadas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 A AMAZÔNIA LEGAL.....</b>	<b>7</b>
2.1 Descrição territorial .....	7
2.2 Histórico de desenvolvimento e panorama atual.....	8
2.3 Aspectos demográficos.....	11
<b>3 FATORES INTERNOS .....</b>	<b>14</b>
3.1 Soberania em questão .....	14
3.2 A descoberta de novas riquezas.....	15
3.3 As questões indígenas, ecológicas e o tráfico de drogas .....	16
<b>4 CONJUNTURA GERAL.....</b>	<b>20</b>
4.1 Ameaças e pressões externas.....	20
4.2 Política e estratégia de segurança do governo brasileiro.....	22
4.3 O papel fundamental das fronteiras e considerações finais.....	25
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal constitui patrimônio essencial para a economia brasileira. Com suas riquezas minerais, biodiversidade e abundância em água doce, cada vez mais escassa no planeta, certamente, compõe uma considerável reserva potencial de capital, podendo ser considerada uma espécie de “poupança” para as gerações futuras.

Além disso, englobando cerca de  $\frac{3}{4}$  de toda a Hileia<sup>1</sup>, representa um fator de equilíbrio climático mundial, diante das nefastas consequências da emissão de gases poluentes, causadores do efeito estufa na atmosfera, principalmente, por meio da queima de combustíveis fósseis. Tempestades mais fortes, temperaturas profundamente baixas e períodos de seca mais prolongados são os reflexos de uma crise ambiental que se anuncia, segundo especialistas.

À luz do exposto, pretende este trabalho direcionar-se a responder à seguinte questão: qual a saída para conciliar essas vontades conflituosas e, ao mesmo tempo, manter fortalecida a soberania sobre a área, à margem da especulação internacional?

O presente trabalho tem como propósito descrever o conflito de interesses entre o Brasil e a opinião da comunidade internacional, sempre atenta aos acontecimentos na região, inclusive, eventualmente inserindo elementos de observação e pesquisa em solo amazônico.

A pesquisa se mostra relevante devido à sua contribuição para a discussão sobre a viabilidade de harmonizar o desenvolvimento com as questões defendidas pela opinião pública em geral, por meio de uma exploração equilibrada e sustentável das riquezas naturais ali disponíveis.

Nesse contexto, serão analisadas as questões mais relevantes em debate nos cenários nacional e externo, a cada ano mais globalizado em face da expansão da conectividade entre os habitantes do planeta. Para isso, coletando diversas obras literárias, a

---

<sup>1</sup> A floresta amazônica, segundo denominação de Alexander von Humboldt (1769-1859), naturalista alemão, e Aimé Goujaud Bonpland (1773-1858), naturalista francês (FERREIRA, 2004, p.1.041).

maioria de autores de amplo prestígio junto a acadêmicos, magistrados, parlamentares e demais pensadores do assunto.

No primeiro capítulo serão apresentadas algumas características da região, a fim de permitir uma contextualização geral, assim como oferecer um retrospecto da sua ocupação, para entendimento e descrição do estágio de desenvolvimento atual.

O capítulo seguinte introduz a discussão filosófica acerca da soberania para conectá-la a temas sensíveis atuais, como a valorização, em voga, das riquezas naturais e o estabelecimento das reservas florestais e indígenas, sob a égide da preservação ambiental e cultural, respectivamente.

O terceiro capítulo expõe a forma com que vem ocorrendo as pressões sobre o governo brasileiro, as medidas reativas diante dessas pressões, e as ações implementadas com o intuito de demonstrar sua vontade em assumir o controle sobre a região e respectivas fronteiras. Aborda, ainda, a influência da opinião pública, além da questão do tráfico de drogas.

A conclusão apresentará a resposta à questão proposta pelo presente trabalho, além das possíveis soluções.

## **2 A AMAZÔNIA LEGAL**

Serão expostas neste capítulo algumas características importantes da região, ressaltando suas principais peculiaridades e seu estágio atual, passando antes por um breve histórico, que evidenciará, como principais aspectos evolutivos, os surtos isolados de desenvolvimento ocorridos no passado, invariavelmente, seguidos de longo período de adormecimento político.

### **2.1 Descrição territorial**

A Amazônia Legal é constituída por uma área que engloba os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°).

Em 1953, por meio da Lei nº 1.806, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento<sup>2</sup>, reunindo regiões com idênticos problemas econômicos, políticos e sociais.

A Amazônia Legal ocupa uma área de cerca de 5 milhões de km<sup>2</sup>, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o que representa quase 60% do território nacional.

Na análise de ZVEITER (2006), caso a Amazônia Legal fosse um Estado independente, seria o 6° maior país do mundo em extensão territorial:

- a) mais de 500 milhões de hectares, mais da metade do território brasileiro;
- b) 1/3 das árvores do planeta;
- c) 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, a mais exuberante do mundo;

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.



- d) 1/5 da água doce do planeta, a maior bacia hidrográfica, o maior rio do mundo, e ainda mais de 80.000 quilômetros de rios, mais de 1.500 espécies de peixes;
- e) 17 milhões de hectares de reservas e parques nacionais;
- f) a maior província mineral do mundo; e
- g) 30% do estoque genético da Terra.

## **2.2 Histórico de desenvolvimento e panorama atual**

Segundo Becker (2004), entre 1616 e 1777, efetuou-se a apropriação lenta e gradativa do território, estendendo a posse portuguesa para além da linha de Tordesilhas e tendo como base econômica a exportação das “drogas do sertão”<sup>3</sup>. O delineamento do que hoje é a Amazônia se fez somente entre 1850 e 1899, sob a preocupação imperial com a internacionalização da navegação do rio Amazonas, e o “boom” da borracha. Finalmente, completou-se a formação territorial com a definição dos limites da região entre 1899 e 1930, nos quais se destacou o papel da diplomacia nas relações internacionais, e as ações do Exército no controle interno do território.

A autora detalha, entre outros, alguns elementos que merecem destaque no longo período de formação da região:

- a) uma ocupação tardia dependente do mercado externo, característica vinculada ao fato de a ocupação do que hoje é a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constituir um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias; no caso da Amazônia, a ocupação fez-se em surtos ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação;

<sup>3</sup> Plantas medicinais, ervas aromáticas, cacau nativo, guaraná, castanha-do-pará, entre outros, eram explorados e comercializados.

b) o caráter político-ideológico da atuação do governo português e, depois, do brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual da terra e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.

De acordo com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma primeira fase de busca por melhorias à região pode ser datada do período de 1946-66.

No começo dos anos 1940 tem-se a intervenção do governo federal na região.

Em 1942 foram assinados acordos entre Brasil e Estados Unidos da América, que visavam apenas à retomada da extração de látex e comercialização da borracha, necessária à indústria norte-americana de automóveis. De qualquer forma, a exigência de elaborar propostas mais efetivas voltadas para a região só surge a partir de 1946, quando é inserido na Constituição desse ano o art. 199, impondo a elaboração de um plano de valorização econômica da Amazônia.

Como fruto dessa exigência constitucional, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953.

Pode-se destacar nesse período a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em 1952, e da Zona Franca de Manaus, em 1957.

A SUDAM destaca, ainda, que os acontecimentos na Amazônia nesse período, vinculavam-se ao ideário desenvolvimentista que prevalecia no cenário nacional, em que o argumento central era que a industrialização seria o caminho para superar a pobreza e a desigualdade, características do país nas décadas iniciais do século XX.

Com o regime militar, em 1966 o SPVEA dava lugar à SUDAM e ganhava mais ampla dimensão, como parte do discurso do governo de modernizar a economia brasileira.

Na década de 1980 e, mais fortemente, na década de 1990, o que se observa é um forte enfraquecimento das ações voltadas para o planejamento regional.

Nota-se que a busca pelo planejamento regional amazônico não é atual, ressaltando-se que as políticas direcionadas à questão regional não foram constantes ao longo do tempo.

“Os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia, estando presentes até os dias atuais” (BECKER, 2004, p. 25).

Sveiter reforça, ainda:

Essa política de descaso faz com que a Amazônia viva de “ciclos econômicos”, como: o ciclo da borracha, o ciclo do extrativismo florestal e o ciclo da “zona franca”, sem, contudo fixar-se num programa pré-ordenado, com vistas a resultado de longo prazo, o que resulta na dependência do governo central, em contraste com suas possibilidades econômicas, capaz de dar-lhe sustentação (ZVEITER, 2006, p. 25).

Tal desarticulação, resume Mattos (1995), desencadeou a constituição de subespaços diferenciados; entre eles, podem ser citados o núcleo eletro-eletrônico de Manaus, envolvendo empresas nacionais e internacionais e impulsionado por meio de incentivos fiscais; o Projeto Grande Carajás<sup>4</sup>, compreendendo atividades no setor minero-metalúrgico, em face da demanda nacional e mundial de recursos minerais e insumos; o polo agroindustrial de Rondônia, que aglutina pequenos e médios agricultores e colonos; e o eixo agropecuário do centro-oeste e sudeste amazônico, no tocante à agricultura e à pecuária.

Para Becker (2004), o desenvolvimento da região do cerrado diz respeito a esse bioma (Amazônia), em um quadro geopolítico onde se torna preponderante uma política

<sup>4</sup> Projeto de exploração mineral, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, pela Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), na área localizada ao norte do paralelo de 8° (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, bem como, em toda a sua extensão, outros doze municípios daqueles Estados cortados pelo referido paralelo (Decreto-lei nº 1.813/80).

promotora da articulação regional e da reestruturação estratégica para atuar em um mercado globalizado:

“Nesse contexto é que se inserem os investimentos orientados para a expansão de grandes eixos de articulação entre as áreas de lavoura modernizada no Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão e os mercados nacional e internacional” (BECKER, 2004, p. 99).

A potencialidade brasileira para expansão da produção de grãos, puxada pela soja, mas incluindo também outros segmentos da agroindústria, como o milho, constitui objeto de atenção dos demais competidores no mercado internacional:

A estruturação dos transportes multimodais representa, assim, um componente de comércio fundamental para se atuar no mercado mundial, onde a proximidade das áreas de produção em relação aos portos constitui um elemento territorial decisivo na definição da competitividade. Mesmo a atuação em um mercado mundial onde as empresas necessitam competir globalmente e os fatores de produção parecem se mover com cada vez mais liberdade pelo mundo, existe uma forte evidência de que a localização continua a desempenhar papel central nas vantagens competitivas (BECKER, 2004, p. 100).

### **2.3 Aspectos demográficos**

Sobre a atual população da região, a quantidade é de pouco mais de 25,4 milhões de pessoas, segundo Censo IBGE de 2010, conforme apresentado na Tabela 2.1.

Em comparação com o Censo de 2000, a população amazônica apresentou variação de mais de 20%, enquanto no cenário nacional foi de 12,34%. Dentre os Estados da região, o que apresentou maior variação percentual foi o Amapá, seguido por Roraima e Acre; todos tiveram variação maior que a nacional<sup>5</sup>.

O Estado do Pará é o mais populoso da região e Roraima o menos. Em termos de variação na participação da população regional Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Roraima apresentaram, nessa ordem, aumento na participação; Mato Grosso e Tocantins praticamente

<sup>5</sup> Boletim com indicadores socioeconômico-ambientais e análise conjuntural da Amazônia Legal – SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

estáveis e Maranhão e Rondônia tiveram diminuição da participação<sup>6</sup>.

TABELA 2.1  
Aspectos demográficos da Amazônia, 2000 e 2010

Unidade da Federação	População		Var. (%) 2000/2010	Taxa anual (%) 2000-2010	Área km <sup>2</sup>	Densidade hab/km <sup>2</sup> (2010)
	2000	2010				
Acre	557.526	733.559	31,64	2,78	164.122	4,47
Amapá	477.032	669.526	40,35	3,45	142.828	4,69
Amazonas	2.812.557	3.483.985	23,87	2,16	1.559.162	2,23
Maranhão	5.651.475	6.574.789	16,34	1,52	331.936	19,81
Mato Grosso	2.504.353	3.035.122	21,19	1,94	903.330	3,36
Pará	6.192.307	7.581.051	22,43	2,04	1.247.950	6,07
Rondônia	1.379.787	1.562.409	13,24	1,25	237.591	6,58
Roraima	324.397	450.479	38,87	3,34	224.301	2,01
Tocantins	1.157.098	1.383.445	19,56	1,8	277.622	4,98
<b>Amazônia</b>	<b>21.056.532</b>	<b>25.474.365</b>	<b>20,98</b>	<b>1,92</b>	<b>5.088.841</b>	<b>5,01</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.799.170</b>	<b>190.755.799</b>	<b>12,34</b>	<b>1,17</b>	<b>8.502.729</b>	<b>22,43</b>

Fonte: Boletim com indicadores socioeconômico-ambientais e análise conjuntural da Amazônia Legal – SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Becker analisa que entre 1991 e 2000, o processo de urbanização se acentuou:

“[...] o aumento de residentes na área urbana cresceu em quase 5 milhões e reduziu-se em 90 mil pessoas a população rural que, portanto, teve importante papel na urbanização. Tais dados sugerem que a migração intra-regional continuou a dominar no período” (BECKER, 2004, p. 79).

A autora destaca algumas transformações ocorridas nos últimos anos, na Amazônia:

- a) a conectividade, permitindo à região comunicar-se internamente, com o resto do país e com o exterior, rompendo com sua condição de grande “ilha” voltada para o exterior;
- b) a estrutura da economia, que se transformou com a industrialização; hoje, a região ocupa o segundo lugar no país na exploração mineral e o terceiro lugar na produção de bens de consumo duráveis;
- c) a urbanização, alterando de tal modo a estrutura do povoamento que a Amazônia é hoje uma floresta urbanizada, com 69,07% dos seus 20 milhões de habitantes vivendo em núcleos urbanos, com importante papel na dinâmica regional;
- d) a mudança na estrutura da sociedade regional – envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização – é, provavelmente a mais importante transformação ocorrida, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania;
- e) esta mudança, inclusive, está na base de outra, posterior, que consiste na implantação de uma malha socioambiental, que representa uma nova forma de apropriação do território por grupos sociais, áreas protegidas e experimentos conservacionistas (BECKER, 2004, p. 29).

<sup>6</sup> Idem.

Ressalta ainda, um padrão linear de ocupação, em que a integração terrestre e fluvial do território tendeu a formar eixos de transporte e infraestrutura ao longo e em torno dos quais se concentram investimentos públicos e privados. Neles se concentram a população, os imigrantes e os núcleos urbanos, verificando-se forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamentos, queimadas e conflitos fundiários (concentração que não ultrapassa os 100 quilômetros em cada margem das estradas), à exceção da Zona Franca de Manaus<sup>7</sup> e alguns projetos minerais.

Outro fator que influenciou esse padrão de ocupação foi a expansão da fronteira agropecuária, como parte do processo de avanço da pecuária extensiva nas áreas de florestas, normalmente por meio do desmatamento e das queimadas.

O aumento das pastagens, iniciado no Sudeste do país, contribuiu para as mudanças em larga escala no uso da terra na Amazônia, nos últimos anos.

Conclui-se que não houve, até hoje, uma política consistente e contínua na Amazônia Legal, fruto da histórica renúncia à sua ocupação plena, em parte, em função da prioridade atribuída às demais regiões, dificuldades de acesso e escassez de recursos, resultando em expressivas lacunas no campo socioeconômico. Pode-se afirmar que apenas na segunda metade do século passado é que surgiram empreendimentos relevantes, contudo, em pequena quantidade e incompatíveis com a imensidão e o potencial da área. Da mesma forma, é digno de menção que nesse período iniciou-se uma integração sociocultural com o restante do país, atribuída, principalmente, à conectividade promovida pela evolução dos meios de comunicação em geral.

<sup>7</sup> Regulada pelo Decreto-Lei nº 288/1967, é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.

### **3 FATORES INTERNOS**

Este capítulo percorre o conjunto de princípios que arraigam o conceito de soberania, sob a visão de alguns autores, os quais manifestam claramente suas inquietações em face das ingerências externas na administração da Amazônia Legal, bem como, reforçam as ideias-força fundamentais para legitimá-la. Nesse contexto, em seguida descreve o surgimento de novas variáveis na região, dentre as quais se destacam as ambientais, indígenas e o tráfico de drogas, que atualmente promovem a exaltação da comunidade internacional, diante da mais ordinária ação, ou omissão, por parte do governo brasileiro sobre o território amazônico, qualificando-as como ameaças à autoridade suprema do Estado.

#### **3.1 Soberania em questão**

Para Zveiter (2006), a Amazônia é fator estratégico para a soberania do Brasil, como Estado nacional:

O poder público tem o dever legal e constitucional de proteger a Amazônia, cuja defesa pode envolver a ação coordenada com os países que a integram, desde que o queiram. O Brasil deve atuar de forma articulada, sistêmica, realizando políticas sob o eixo do desenvolvimento sustentável e com uma ação eficiente e eficaz de todos os segmentos nacionais, incluídas aí Forças Armadas, na defesa da soberania nacional (ZVEITER, 2006, p. 26).

Complementa sua análise, criticando a ausência de um projeto nacional, capaz de abrigar ideais de segurança, de bem-estar e até de sobrevivência do indivíduo e da sociedade:

A Nação brasileira e suas elites devem se conscientizar sobre os graves problemas que pairam sobre a Amazônia, motivados, em grande parte, pela cobiça internacional. Para que se exerça a plena soberania e se promova o desenvolvimento da região, é necessário que o elemento catalisador seja a vontade nacional, com a significativa presença dos agentes e órgãos do Estado brasileiro (ZVEITER, 2006, p. 31).

Becker promove uma reflexão sobre a atuação dos novos integrantes do cenário amazônico globalizado:

Na medida em que nessas áreas podem se desenvolver outros interesses que não são os do governo central, elas podem passar a representar, também, uma ameaça à ordem constituída, tornando-se uma preocupação constante dos Estados em termos

de sua garantia, controle e fiscalização. Enfim, têm elas um papel expressivo na dinâmica dos Estados-Nação e representam desafios concretos na consolidação da soberania dos Estados. Tais desafios são particularmente inquietantes na fronteira Amazônica, em face de sua extensão, distância do centro de poder nacional e dificuldade de acesso, impedindo seu controle e fiscalização necessários, sobretudo hoje sob o impacto de novos atores econômicos e sociais com interesses diversos, em grande parte ilegais, que nela encontram terreno fértil para sua atuação (BECKER, 2004, p. 57).

Vidal examina a questão da inércia do governo:

O que [...] caracteriza a evolução brasileira após a Segunda Guerra foi a falta de uma ideologia nacional e o abandono crescente e irresponsável de nossas crenças e dos mais legítimos interesses da população, pondo em risco a sobrevivência do Brasil como nação. Sob o manto da subserviência das falsas elites locais, ideologias exógenas trazem para dentro do país seus conflitos, impondo seus métodos e impedindo a identificação e a defesa dos nossos interesses mais essenciais (VIDAL, 1991, p.27).

Contrário a essa fragmentação ideológica e cultural brasileira, exprime sua contraposição:

A verdadeira democracia reside na soberania do povo, na satisfação de suas necessidades e no preenchimento de aspirações essenciais como as da beleza, de liberdade e de justiça. Com isto, criam-se condições indispensáveis à condução do próprio destino; conformam-se, em claros delineamentos, os caminhos que levam à adequada evolução, consolidados pela vontade coletiva; configuram-se referenciais e conteúdos básicos à elaboração conceitual e prática de um Projeto Nacional. Este se constitui em instrumento essencial para o alcance dessas aspirações, em mundo sob o domínio de poderosos entes nacionais, agrupados em grandes blocos de poder (VIDAL, 1991, p. 47).

### 3.2 A Descoberta de novas riquezas

“Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o “desenvolvimento sustentável” toma novo rumo. [...] Realiza-se o *capital natural*” (BECKER, 2004, p. 39).

“Nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza. Alguns de seus elementos estão em vias de serem transformados em mercadorias fictícias [...]” (BECKER, 2004, p. 39).

As reservas remanescentes de recursos antes abundantes na natureza tornaram-se potenciais riquezas, em um ainda incipiente cenário comercial:



Hoje, dilata-se a esfera da mercadoria, e novas mercadorias fictícias estão sendo criadas, como é o caso do ar, da vida e da água. E tal ficção está gerando mercados reais que buscam ser institucionalizados. É o que se verifica com a tentativa de implementar formas de governabilidade global sobre o ambiente planetário mediante o estabelecimento de regimes ambientais globais, e de sistemas de normas e regras específicas estabelecidas por um instrumento multilateral legal para regular ações nacionais numa dada questão. [...] Sua valorização (água) reside na ameaça de escassez do forte crescimento do consumo, a tal ponto que é considerada como o “ouro azul”, capaz de, à semelhança do petróleo no século XX, instigar guerras no século XXI (BECKER, 2004, p. 39, 43).

“Na Amazônia não há falta de recursos em água doce. Como é sabido, a bacia Amazônica contém a mais extensa rede hidrográfica do planeta, com um total de 6.925.000 km<sup>2</sup> desde suas nascentes nos Andes até sua foz no Atlântico” (BECKER, 2004, p. 43).

“Em função do crescimento demográfico e da degradação ambiental que as grandes potências causaram e causam ao planeta, a Amazônia torna-se uma região de significativa importância estratégica, considerando-se suas riquezas naturais” (ZVEITER, 2006, p. 25).

De acordo com Casti (2011), o Programa Ambiental das Nações Unidas fez uma projeção da escassez de água no mundo em 2025, na qual 1,8 bilhão de pessoas estarão vivendo em zonas com escassez de água. Isso significa que não vão dispor de água suficiente para manter o nível atual de consumo *per capita* de alimentos usando agricultura irrigada e, ao mesmo tempo, satisfazer suas necessidades para atividades domésticas, ambientais e industriais. Para enfrentar o problema, essas áreas terão de desviar água da agricultura, o que, por sua vez, levará à necessidade de importar alimentos.

### **3.3 As questões indígenas, ecológicas e o tráfico de drogas**

Na concepção de Becker (2004), as populações indígenas constituem, hoje, atores fundamentais no cenário político regional: vem aumentando progressivamente sua população, sua autonomia e seu poder de barganha frente ao Estado e aos grupos econômicos, em parte,

graças ao apoio financeiro e técnico de Organizações Não-Governamentais<sup>8</sup> (ONG) e de instituições estrangeiras:

É impressionante [...] o avanço da política governamental em relação às comunidades indígenas, revelando uma sintonia em relação às transformações e pressões globais, na tentativa de solucionar um impasse que divide a sociedade brasileira e gerando um potencial de parceria com essas populações, até então não aproveitado, contudo, por falta de um diálogo e de uma negociação adequadas (BECKER, 2004, p. 106).

Zveiter (2006) alerta para a criação indiscriminada de reservas indígenas, com áreas de até um milhão de hectares por índio, abrindo o caminho para a formação de verdadeiros enclaves em território nacional, bem como, as chamadas Florestas Nacionais, ou FLONAS<sup>9</sup>, algumas com o equivalente a vinte milhões de hectares.

Alguns autores apreciam a gigantesca Hileia sob outros aspectos:

“[...] a floresta amazônica desempenha [...] papel crucial na dinâmica das gigantescas trocas de calor que o trópico úmido realiza com as regiões polares, com efeitos sobre todo o planeta. A função da floresta é de estabilizador e também de “dínamo” neste processo” (VIDAL, 1991, p. 178).

“A mudança ocorrida nos domínios da natureza amazônica tornou-se um fator central para a formulação de qualquer ação estratégica nessa região, uma vez que ela projeta formas diferenciadas de apropriação e uso desse território” (BECKER, 2004, p. 115).

Becker completa ainda seu ponto de vista:

Duas ordens de competência administrativa se justapõem e recortam hoje o território regional: a ordem federativa – Estados e municípios – e aquela diretamente ditada pela implementação da legislação protetora do meio ambiente e da cultura indígena – Terras Indígenas e Unidades de Conservação (BECKER, 2004, p. 115).

De qualquer maneira, o fato é que a reivindicação de territórios, seja pela precedência de ocupação (no caso dos índios), seja pelos direitos históricos (no caso dos seringueiros e demais povos da floresta), segundo Becker (2004), foi remodelada sob um novo contexto, portanto, à luz da preocupação mundial em torno da conservação ambiental,

<sup>8</sup> Organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, regularmente constituída ou, se estrangeira, autorizada a funcionar no território nacional (Lei nº 13.019/14, art. 2º, inciso I).

<sup>9</sup> Decreto nº 1.298/94, art. 1º.

que apoiou novos focos de legitimação do poder no interior dos territórios nacionais, dando força ao processo de fragmentação do espaço político intranacional.

Outro tema de frequente questionamento internacional, junto ao governo brasileiro, refere-se à ocorrência de atividades ilegais em solo amazônico, tais como contrabando e, principalmente, tráfico de drogas. Contudo, é eventualmente contestada:

Quanto às drogas, se esquecem as nações ricas que o essencial para sua produção é a existência de mercado de consumo. Nos EUA e na Europa adotam-se políticas lenientes no combate à distribuição e venda de drogas e se financiam campanhas mundiais destinadas a eliminar as fontes de produção de matéria-prima nas nações indigentes da Ásia e América do Sul. Gasta-se tudo para combater nessas regiões os cartéis de produção e distribuição da droga e quase nada para reduzir ou eliminar os mercados de consumo.

Fica a sensação de que usa o Sul, ao limite drástico da ingerência interna, não para apressar o combate às drogas, mas justamente para adiar, enganosamente, medidas vigorosas que seriam necessárias impor nos mercados consumidores do Norte. (VIDAL, 1991, p. 180).

Surge, assim, uma “[...] pressão ambientalista nacional e internacional, contra o uso predatório da natureza e por um novo padrão de desenvolvimento, sustentável, novo e poderoso agente de mudanças através da cooperação internacional financeira e técnica [...]” (BECKER, 2004, p. 103).

Na mesma ótica da questão das drogas, Vidal também atenta para as demonstrações de preocupação internacional com a Amazônia:

É curioso que as nações que se demonstram “sensibilizadas” pelas questões ecológicas da Amazônia são aquelas que, por meio de suas corporações internacionais, mais danos causam à ecologia dessa região, como denunciou F. Capra à página 253 de seu livro *O Ponto de Mutação*. Também são elas diretamente responsáveis por 90% dos danos ecológicos sobre a ecossfera, como o efeito “estufa”, as chuvas ácidas e a destruição da camada protetora de ozônio, entre outras devastadoras e irresponsáveis ações, como a dos resíduos poluentes da queima extensiva de combustíveis fósseis (VIDAL, 1991, p. 178).

E Becker contribui da seguinte forma:

Tal lógica torna difícil negar os conflitos entre crescimento e proteção ambiental, uma vez que eles irão se impor ao longo do processo político, assim como da ação do Estado sobre o território, apesar de as condições de fraca densidade econômica e demográfica, presentes em extensas porções da Amazônia, amortecerem, de alguma forma, o confronto de interesses presentes nas diferentes formas de dividir o espaço amazônico e dele se apropriar, politicamente, nos dias atuais (BECKER, 2004, p. 120).

Assim, fica evidenciado o acréscimo de barreiras ao processo de ocupação e

desenvolvimento da região amazônica, por meio dos programas nacionais de crescimento, haja vista doravante a interseção de interesses entre o Brasil e a comunidade internacional, influente junto aos seus respectivos governantes.

No próximo capítulo, será aprofundada a análise desses fatores, exemplificando a maneira como podem ocorrer as ingerências externas e, da mesma forma, as ações preventivas e reativas para mitigar essas interferências, algumas delas inclusive já implementadas.

## **4 CONJUNTURA GERAL**

Por último, este capítulo encerra a pesquisa em lide, pretendendo promover uma transição a partir das teorias de ameaças anteriormente vistas, tratada por alguns como argumentação utópica e entorpecida pelo ufanismo, de modo a atingir um nível de debate mais pragmático e atual. Assim, além de descrever como se constituem as pressões internacionais sobre a Amazônia, serão apresentadas algumas opiniões e perspectivas em destaque por parte dos autores das fontes utilizadas para a elaboração do presente estudo.

### **4.1 Ameaças e pressões externas**

Segundo Mattos (1995), o interesse estrangeiro na Hileia manifesta-se há décadas, por um copioso elenco de ocorrências, orientado segundo dois enfoques distintos:

- a) um de cunho eminentemente econômico que, segundo acompanhamentos, não revela presença externa, inquietadora, no conjunto de empreendimentos da região;
- b) outra, de origem, imprecisa, rotulado como de natureza filantrópica e religiosa e, às vezes, científica, que causa apreensão pela ação insidiosa de agentes envolvidos.

Essas ingerências indesejáveis, continuando a crescer, poderão mobilizar a opinião pública internacional [...] encorajando a tese de internacionalização da Amazônia (MATTOS, 1995, p. 100).

Os riscos de convulsões políticas em países vizinhos, ameaçando as fronteiras nacionais, para Becker, é outro fator que requer uma ação conjunta sobre o território da Amazônia, necessária e urgente:

Caracterizam-se ainda as fronteiras, por serem locais de instabilidade e mutabilidade, onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas

(nacionalistas, libertadores, econômicos, etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas. A presença do imprevisível é, assim, outro aspecto marcante da *Faixa de Fronteira*, para o que contribui a multiplicidade de atores e redes técnicas e políticas que nela incidem (BECKER, 2004, p. 57).

A forma mais intensa de pressão baseia-se, principalmente, na problemática indígena – à qual se acercam as Missões Religiosas – e nas questões ecológicas. Em ambas, atuam as malfadadas ONG, contrapondo-se aos projetos nacionais de desenvolvimento (MATTOS, 1995, p. 101).

“Assim como já se ouviu falar sobre a “Nação Ianomami”, não se pode descartar que esses povos, inspirados ou manipulados por interesses estrangeiros, resolvam declarar independência em relação ao governo brasileiro [...]” (ZVEITER, 2006, p. 42), o que permitiria o controle de considerável parte do território nacional, indiretamente, por grupos externos.

Para Zveiter (2006), as declarações<sup>10</sup> feitas em 2005 pelo candidato (depois eleito) a diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, em uma conferência para diplomatas e especialistas na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), ao se referir à Amazônia como “um bem público mundial”, propondo gestão global da Amazônia, são apenas a ponta do *iceberg* de um movimento internacional que ameaça a soberania brasileira, dissimulado debaixo de um discurso pseudo-ambientalista, que esconde interesses econômicos e territoriais mais do que evidentes.

Nesse contexto, “Verificou-se, entre 1980-2000, forte retração dos investimentos produtivos do capital internacional. Influenciado por bancos e agências, este se orienta para uma política preservacionista da região, associada à emergência da questão ambiental” (BECKER, 2004, p. 34).

<sup>10</sup> Jornal O Globo, 25 fev. 2005, p. 10. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020050225>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Tal orientação está associada à nova geopolítica mundial – que não mais visa à apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso – e ao papel que a Amazônia assumiu nesse contexto (BECKER, 2004, p. 34).

Do ponto de vista do ecossistema, Zveiter (2006) concorda que a Amazônia é internacional, em razão de compreender áreas comuns a diversos países, contudo, julga a parte territorial brasileira verdadeiro patrimônio da nação.

Becker apresenta os conflitos inseridos, veladamente, na discussão entre os novos atores internacionais sobre a internacionalização da Amazônia:

[...] se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente. A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Constitui-se, assim, um novo componente na disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados.

[...]

Enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. Diversos movimentos ambientalistas corporificados em organizações não governamentais (ONGs) estendem amplamente suas redes na Amazônia graças às telecomunicações, penetrando decisivamente no imaginário planetário (BECKER, 2004, p. 35).

## 4.2 Política e estratégia de segurança do governo brasileiro

Ao considerar as variações de conceito, empregadas especificamente a cada contexto, tem-se a seguir algumas definições pertinentes a este trabalho relativas à segurança, defesa e estratégia (grifos nossos):

De acordo com a Política Nacional de Defesa, **segurança**, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas. Por sua vez, **defesa** é a ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado. (BRASIL, 2012, p. 2)

Para efeito da Política Nacional de Defesa são adotados os seguintes conceitos:

- a) **Segurança** é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;
- b) **Defesa Nacional** é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (BRASIL, 2012, p. 2)

No entendimento de Mattos, “**Segurança externa** é, para a nação, a garantia, relativa, de que, no contexto das relações internacionais, seus objetivos permanentes estão sendo alcançados e preservados, em face de sua capacidade de superar quaisquer ameaças, de origem externa, a esses objetivos” (MATTOS, 1995, p. 64).

Já o conceito de **Defesa externa** é “[...] o conjunto de medidas e ações, planejadas e coordenadas sob responsabilidade governamental, aplicadas para superar ameaças específicas, de origem externa, que possam atentar contra os objetivos nacionais permanentes” (MATTOS, 1995, p. 64).

Dessa forma, Mattos estende sua compreensão ao campo externo:

[...] ante a diversidade e a disparidade de poder dos membros da comunidade mundial, surge a necessidade dos Estados-Nação, com anseios e aspirações mais ou menos comuns, se agruparem em blocos e sistemas de sorte a se fortalecerem, no mínimo, nas áreas de influência e foros de interesses comuns (MATTOS, 1995, p. 64).

Mattos (2011) insere, nesse contexto, um ponto de partida: o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) ou Pacto Amazônico, assinado em 1978, pelas Repúblicas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, cujo preâmbulo deixa claro que seus princípios fundamentais são a cooperação, o desenvolvimento, o respeito à soberania e a preservação do meio ambiente.

Quanto à cooperação, serviria o Pacto para garantir o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente da Amazônia, contribuindo para avançar no caminho da integração, contudo não logrou o êxito desejado:

Os Países da Área temeram a hegemonia brasileira e o Pacto não alcançou qualquer integração econômico-política e mesmo a parte econômico-social foi muito frágil, o que ensejou, em termos brasileiros, o Projeto Calha Norte – e o Projeto Programa SIVAM/SIPAM, de caráter interministerial, que também se ocupou do problema da preservação ecológica. Hoje, o Pacto foi fortalecido pelo estabelecimento da



Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

[...]

O Projeto Calha Norte complementa a OTCA e, ambos, são complementados pelo SIVAM/SIPAM – Serviço de Vigilância da Amazônia e Serviço de Proteção da Amazônia. O segundo (SIPAM) envolve o primeiro (SIVAM) e ambos foram concebidos entre 1989 e 1990, envolvendo o SIVAM equipamentos, tecnologias e estratégias para exercer vigilância sobre a Região, com a finalidade de coletar dados que pudessem formar matrizes de informações para serem transmitidas ao SIPAM, que adotaria providências para a prevenção e/ou repressão dos problemas detectados (MATTOS, 2011, pp. 26, 27).

Conforme aponta Becker (2004), após anos de controvérsia, finalmente, o sistema foi inaugurado em julho de 2002: o SIPAM (sob as ordens da Casa Civil da Presidência da República) / SIVAM (subordinado ao Ministério da Defesa) foi uma a resposta à tentativa norte-americana de instalação de bases no território brasileiro em nome do combate às drogas, mediante a comprovação da capacidade do país de controlar seu território e o meio ambiente por meio de um eficiente sistema de informações.

Em paralelo, descreve a atuação do outro Programa supracitado:

Já o Programa Calha Norte<sup>11</sup> (PCN), criado em 1985 e praticamente abandonado durante anos por falta de verbas, vem sendo resgatado com vistas a subsidiar uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional (Ministério da Defesa / Fundação Getúlio Vargas, 2001). Essa imensa região, com 1,4 milhão de quilômetros quadrados (17% do território do país), compreende parte do Estado do Amazonas, todo o Estado de Roraima, parte do Pará e todo o Estado do Amapá, abrangendo 72 municípios, 41 deles situados total ou parcialmente na Faixa de Fronteiras. Abriga apenas 2,7 milhões de habitantes (2 hab./km<sup>2</sup>) e nela vivem 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7,4 mil quilômetros de fronteiras, com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Em outras palavras, o Programa Calha Norte se destina a uma área altamente estratégica (BECKER, 2004, p.67).

Menciona, ainda, que apesar das dificuldades, o PCN tem sido em grande parte responsável pela presença do Estado brasileiro na Amazônia setentrional, por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira, do eventual apoio aéreo, do atendimento às tribos indígenas e comunidades carentes, e da manutenção de infraestrutura de energia e transportes.

<sup>11</sup> Na sua etapa de implantação, era chamado Projeto Calha Norte e tinha uma atuação limitada, prioritariamente à área de fronteira. Atualmente, o Programa expandiu-se de maneira significativa e ganhou importância, em vista do agravamento de certas tendências presentes no mundo amazônico. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

Para Mattos (1995), tudo isso deve ser levado em conta por uma **política de segurança externa** e por uma **estratégia de segurança externa**, por meio de **atitudes, medidas e ações de defesa externa**.

Para o autor, entre as **medidas de segurança e defesa externa** destacam-se:

- a) fortalecimento da presença política do Estado no concerto das nações;
- b) respeito à soberania das nações, através de uma Diplomacia dinâmica forte;
- c) ampliação das interações econômicas através do comércio;
- d) fortalecimento da coesão e do caráter nacional; e
- e) capacidade das forças singulares, aparelhadas e adestradas, para respaldar as ações e operar para preservar a soberania nacional.

E, ainda, conclui: “A razão é que o *fortalecimento interno* evitará o *desrespeito externo* e garantirá o pleno exercício da soberania” (MATTOS, 1995, p. 91).

#### **4.3 O papel fundamental das fronteiras e considerações finais**

Na opinião de Zwiter (2006), é ingenuidade supor que a Amazônia legal pertence de fato ao Brasil. Apenas será, quando for desenvolvida por brasileiros e devidamente guardada. Daí porque às potências estrangeiras não interessa o seu desenvolvimento.

Para sociedade local, ouvida nas pesquisas de campo por Becker, o fato é que todos os países amazônicos almejam se desenvolver, inclusive as populações tradicionais e os pequenos produtores, porém, contam com a ação do Estado para conter o desmatamento, ordenar o território em geral e prover melhores condições de vida (grifos nossos):

Um componente comum perpassa todos os interesses: o desejo de se desenvolver. As mudanças ocorridas na região revelam que não se trata mais de ocupar o território. Ele já está ocupado, e espera-se que as florestas existentes sejam mantidas com suas respectivas populações. No novo contexto, a prioridade das políticas públicas para a região não deve mais ser a ocupação do território, associada ao projeto de integração nacional dos anos 60, mas sim a política de consolidação do desenvolvimento, almejado hoje por todos os grupos sociais. Para muitos deles, um **desenvolvimento sustentável**, embora esse conceito seja apropriado sob formas muito diversas (BECKER, 2004, p. 135).

Por outro lado, ressalta que “O problema de conciliar o desenvolvimento com sustentabilidade não é simples nem fácil. Ainda mais para um Estado desprovido de recursos financeiros, técnicos e de pessoal” (BECKER, 2004, p. 163).

Mattos alerta para uma preocupação constante de um governo ou seus representantes: a opinião pública, principalmente, em se tratando de cenários de âmbito nacional e internacional:

A conquista da opinião pública tem sido um instrumento de ação dos líderes políticos que se projetaram na história da humanidade. A fama e o prestígio político de um líder são projeções das diversas opiniões públicas em dado momento histórico considerado.

A conquista da opinião pública, ou a sua manipulação da direção desejada, não é obtida ao acaso ou apenas pela personalidade carismática de um líder, é produto de trabalho inteligente que objetiva influenciar opiniões, emoções e atitudes de grupos, criar predisposições e comportamentos receptivos de indivíduos ou de coletividades, para a obtenção de resultados desejados (MATTOS, 1995, p. 93).

De acordo com Becker, outro cuidado a nível estratégico, além do combate às atividades ilícitas, diz respeito ao aprofundamento das relações entre comunidades pertencentes a “[...] cidades gêmeas no outro lado da fronteira: algumas das quais com um potencial de adensamento de atividades sociais, econômicas e culturais, e como entrepostos do comércio exterior tanto para com os países situados ao norte do continente sul-americano quanto com os do Caribe [...]” (BECKER, 2004, p. 69).

A grande questão que se configura, contudo, é a possibilidade de recrudescimento da fronteira em certos momentos, vinculado a múltiplas condições que reativam fatores estruturais. Um novo elemento deve ser, assim, associado ao conceito de fronteira:

A fronteira funciona como uma válvula reguladora de escape para investimentos de atores capitalizados, ora se expandindo, ora permanecendo estável, dependendo da conjuntura nacional/global (BECKER, 2004, p. 161).

A autora completa, fornecendo um panorama sobre os limites territoriais da Amazônia Legal:

A fronteira com Venezuela, Guiana e Suriname é segura quanto a penetrações externas, devido às barreiras montanhosas aí presentes, enquanto a dificuldade de integração está sendo solucionada pelas rodovias com dupla ligação. O problema está no controle interno dos mais diversos agentes que a percorrem. A fronteira

montanhosa com a Colômbia, contudo despovoada e isolada, é a mais vulnerável de todas, dada a proximidades das FARC<sup>12</sup>. Já as fronteiras com o restante da Colômbia, com o Peru e Bolívia são extremamente permeáveis pela circulação fluvial o que favorece a integração, mas também a penetração da ilegalidade, exigindo uma Marinha moderna, capaz de ativa vigilância nos rios. Ao que tudo indica, além das Forças Armadas e da diplomacia, é sobretudo na Polícia Federal e na Receita Federal que se fundamenta hoje o papel do Estado no controle das fronteiras. (BECKER, 2004, p. 69).

Por fim, Zveiter estabelece uma importante premissa no contexto da preservação da soberania brasileira:

“As Forças Armadas devem contar com os recursos, materiais e humanos, para que possam alcançar um nível de operacionalidade com poder de dissuasão, para inibir qualquer potência mundial de cobiçar a região amazônica” (ZVEITER, 2006, p. 30).

Conclui-se que as pretensões externas sobre a Amazônia Legal são uma realidade, e se tornam permanentes com a presença constante das ONG. Não há como se avaliar se, realmente, estão coadunadas somente com os ideais de filantropia e de preservação ambiental. Com essa ameaça presente e sem um forte argumento, junto a uma forte opinião pública mundial, para proibir sua atividade em território nacional, torna-se fundamental o governo Brasileiro recuperar credibilidade, com habilidade no campo externo e, principalmente, buscar soluções que envolvam o fortalecimento interno da região e de suas fronteiras, promovendo naqueles que a habitam a sensação de segurança e confiança no Estado, por meio do aumento da sua presença.

---

<sup>12</sup> Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

## 5 CONCLUSÕES

Cabe notar que, durante todo o estudo apresentado, a soberania esteve tangenciando os assuntos em debate, representando tanto a razão principal para inserção do Estado em diversas questões, quanto à efetiva força motriz para atingimento dos objetivos nacionais nas negociações, ao mesmo tempo que, tal qual um círculo virtuoso, contribui para si própria com os propósitos das ações: a sua preservação e seu fortalecimento, conforme leva a concluir este trabalho.

Dessa forma, resguardá-la deve ser o efeito desejado de todas as ações a serem levadas à prática na Amazônia Legal, salvo melhor juízo, a região brasileira que mais sofre interferências externas.

Coube depreender do presente estudo que a problemática indígena é aquela que mais dificulta a implementação plena do processo de integração nacional, uma vez que a sua condução não mais é ditada por regras e princípios nos quais o Brasil tenha a plena autonomia. É fato que, sobre esse tema, a autoridade brasileira sofre velada interferência.

Quanto às questões ambientais e do tráfico de drogas, pressupõe-se que a comunidade internacional dedicaria menos esforço às críticas ao governo brasileiro, caso este adotasse medidas mais efetivas de fiscalização e de reciclagem dos recursos naturais explorados.

Diante das ameaças que se configuram, torna-se imperiosa a presença constante das Forças Armadas, vigilantes e em grau de aprestamento adequado, a fim de contribuir para a dissuasão, porém, é errôneo considerar o uso de qualquer tipo de força na condução dessas delicadas questões, sob pena de permitir à opinião pública a crítica aos longos anos de negligência governamental quanto à região e à competência para a condução desses assuntos, na opinião de alguns especialistas, cruciais para a humanidade.

Cabe ao governo, então, a solução do problema: dedicar-se a consolidar sua

autoridade na região, fortalecendo alguns pontos que hoje se encontram enfraquecidos, tais como a coesão e o caráter nacional, por meio de ações de Estado que promovam o **desenvolvimento** local.

Tal desenvolvimento, de iniciativa estatal e/ou privada, deve ocorrer de forma plenamente harmoniosa com as questões ambientais e culturais, ou seja, de forma equilibrada e sustentável, em rigorosa conformidade com a legislação vigente, a fim de conferir credibilidade às ações.

Este desenvolvimento, ainda, precisaria alcançar as fronteiras, as quais tem que deixar de existir sob a forma de periferia ou ponto-longínquo, tornando-se uma barreira natural às pretensões e, conseqüentemente, às pressões externas. Assim, as regiões fronteiriças, hoje vulneráveis em função dos vazios lá existentes, tornar-se-iam uma forma natural de dissuasão, por meio da ocupação consolidada.

Adicionalmente, outro aspecto com potencial para contribuir para a consecução desse objetivo nacional consiste na retomada da cooperação internacional, especificamente, entre os países que compõe a Amazônia, ou seja, um esforço conjunto, sob a forma de bloco internacional, com o propósito de conferir fortalecimento mútuo, respeito e respaldo às ações de cada Estado-Nação sobre sua respectiva jurisdição.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 17 de jun. 2015.

BECKER, Bertha Koiffmann; **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 172p.

CASTI, John L.; **O Colapso de Tudo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011, 352p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004, 2.121p.

MATTOS, Aderbhal Meira. **Em Defesa da Amazônia Brasileira & outros estudos**. Belém: CEJUP, 1995, 168p.

MATTOS, Aderbhal Meira. **Amazônia e o Direito Internacional**. São Paulo: Quartier Latin, 2011, 144p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 92p.

VIDAL, José Walter Bautista. **Soberania e Dignidade – Raízes da Sobrevivência**. Petrópolis: Vozes, 1991, 213p.

ZVEITER, Waldemar. **A Maçonaria pela Integridade da Amazônia em Defesa da Soberania do Brasil – Exploração Estatal das Riquezas da Amazônia – Monopólio da União**. 2. ed. Rio de Janeiro: Menthor, 2006, 160p.